

## Mulheres invisíveis: a escrita no silêncio

Kathryn Bishop-Sanchez

**Abstract.** This article examines the situation of the Portuguese woman writer during the nineteenth century with a particular emphasis on the formative Romantic period. Drawing from contemporary publications, anthologies and the testimonies of travelers in Portugal during the first part of the nineteenth century, this essay argues that there is a direct link between the lack of education and the much retarded female emancipation in Portugal in comparison to other countries, and the critical vacuum and inaccessibility of the works of women writers from this era. Antónia Gertrudes Pusich is a case in point: despite the prejudicial situation in Portugal at the time, she resisted the limitations imposed on her condition as a woman writer and became a household name as a prolific journalist, poet, novelist and social activist.

Numa carta escrita a Charlotte Brontë em 1839, Robert Southey opina que: “A literatura não pode nem deve ser o assunto da vida de uma mulher. Quanto mais ela se envolve nas tarefas que lhe cabem, menos tempo tem para a literatura, mesmo que seja como divertimento” (citado em Gérin 110, trad. minha).

Quando nos debruçamos sobre o elenco dos grandes autores portugueses do século XIX, torna-se evidente a falta de mulheres escritoras que se poderiam comparar com algumas das grandes escritoras canónicas da

literatura ocidental. Em Portugal, como é sabido, não houve escritoras que pudessem resistir à comparação com escritoras de outros países: o século XIX português é longe de ser o da mulher romancista ou poeta.<sup>1</sup> Aquilo que caracteriza a escrita moderna de algumas mulheres na França, na Inglaterra ou na América do Norte quando, no fim do século XVIII, mulheres da classe média começam a escrever obras nalguns casos incorporadas no “cânone,” só de uma forma residual surgiu nos países do extremo da Europa, designadamente em Portugal.<sup>2</sup>

Nos últimos anos, a questão de uma genealogia de mulheres literárias, uma “matri-linha literária,” em resposta ao paradigma misógino da criação literária proposto por Harold Bloom—que relaciona a genealogia literária com uma relação de pai a filho—tem provocado muita discussão nos meios académicos, e principalmente nos fóruns anglo-americanos, dado que o modelo da história literária de Bloom é exclusivamente masculino e necessariamente patriarcal.<sup>3</sup> Como especifica Elaine Showalter, é certo que a escrita das mulheres é um discurso submetido a duas influências distintas: por um lado, essa escrita é influenciada concorrentemente pela tradição literária dominante (que é a masculina) e, por outro lado, pelo discurso feminino emudecido (11-13). A escrita de mulheres não se pode considerar separada ou isoladamente da escrita masculina, dado que as mulheres que escreviam liam obviamente a obra de outros autores; contudo, como bem defende Patrícia Spacks no seu estudo *The Female Imagination*, por razões históricas as mulheres têm-se interessado por temas “mais ou menos periféricos em relação às preocupações masculinas, ou pelo menos por temas ligeiramente deslocados do foco masculino” (7, trad. minha). Resta, porém, o facto de a mulher escritora se encontrar sem uma história literária abrangente, devido a factores sócio-culturais, ou seja, à relação ainda em evolução entre as autoras e a sociedade a que pertenciam, fazendo parte, como lembram Gilbert e Gubar, de uma subcultura literária distinta da masculina mas que tenta ao mesmo tempo definir-se em relação à cultura literária dominada pelos homens (50). A tese principal do presente trabalho envolve uma reflexão sobre a escrita de mulheres portuguesas do século XIX, principalmente da sua primeira metade; parto também do princípio de que, se ao longo do século XX surgem obras literárias de mulheres que puderam escrever com alguma autoridade, tal aconteceu porque mulheres pioneiras dos séculos anteriores lutaram e venceram a “ansiedade de autoria” vigente na sua subcultura literária (Gilbert e Gubar 50-51). Para conseguir o que me proponho fazer,

terei que percorrer o difícil caminho que a mulher do século XIX trilhou para chegar a assumir um papel literário mais visível e poderoso, desmentindo o mito da “esterilidade” literária feminina.

Muitos e variados são os factores que impediram a criação de um espaço social e cultural propício à escrita de mulher ao longo do século XIX e particularmente durante a primeira metade desse século. O acesso limitado aos livros, uma educação escassa e reservada a algumas mulheres peculiares e naturalmente de uma certa classe ou posição social, a chegada tardia dos efeitos da Revolução Francesa e de uma constituição portuguesa que, pelo menos teoricamente, iniciaram o processo daquilo que hoje se chama “a emancipação da mulher,” uma ideologia constrangedora quanto ao papel da mulher na sociedade, aos seus direitos e às suas qualidades intelectuais, são alguns dos factores que prejudicaram as condições necessárias à escrita da mulher. Como indica Nuno Cardoso na apresentação de uma das escritoras incluídas na sua antologia de poesia, “quantas Sevignés e Georges Sand Portugal poderia contar, se o nosso meio fosse propício à revelação e desenvolvimento de muitos talentos e vocações que, por certo, se têm definhado e perdido” (93).<sup>4</sup> É certo que, nos interstícios de dois movimentos relacionados, o liberalismo e o romantismo, novos conceitos de “indivíduo” e de autonomia do sujeito criaram progressivamente um clima no qual as mulheres puderam sentir-se autorizadas a assumir a posição de sujeitos e não apenas a de objectos da escrita alheia e masculina. De facto, na primeira metade do século XIX, a combinação de todos os factores acima mencionados deu à mulher escritora novas possibilidades, apesar da continuação de um muito claro clima de frustração e de limitações. De um ponto de vista civil, vemos ainda, no Código Civil Português publicado em 1867, uma imagem da mulher totalmente fragilizada, regida por uma condição de submissão e de subalternidade, sobretudo naquilo que toca à condição da mulher casada, condição que se estende ao domínio das letras: emblemático disto é o facto de que “a mulher autora não pode publicar os seus escritos sem o consentimento do marido” (citado em Serrão 29). Compreende-se por que razão no século XIX se encontram ainda várias vozes contra o desenvolvimento intelectual da mulher com o seguinte argumento: se a mulher não pode usar o saber, para quê desenvolvê-lo? Como critica Lopes Praça, defendendo a presença das mulheres no mundo do saber, numa das obras mais completas sobre a situação da mulher no século XIX, publicada em 1872, “se a história das ciências nos dá mil escritores por uma escritora, é

porque há mais de seis mil anos a mulher não tem estabelecimentos apropriados, onde a sua capacidade possa polir-se e manifestar-se” (citado em Castro s/p). No entanto, progressivamente, ao longo do novecentos, que foi o século de difusão dos ideais da Revolução Francesa e o meio de desenvolvimento de um liberalismo conservador, foi-se iniciando uma época em que se pôde considerar a instrução e a racionalidade como um direito e uma necessidade; este foi o século em que se operou, de forma definitiva, uma viragem social e política favorável ao desenvolvimento da educação das mulheres; mas este foi também um processo lento, que dificilmente pôde desalojar da mentalidade da mulher a prevalência dos trabalhos caseiros, da função maternal e do casamento. Assiste-se, então, a uma abertura do pensamento às novas possibilidades da mulher apenas nas últimas décadas do século, cujos frutos surgirão no século seguinte. Segundo a historiadora Irene Vaquinhas, apesar de a Constituição de 1822 prever “escolas para ambos os sexos,” foram escassas as que efectivamente se fundaram para raparigas (28). Com efeito, apesar de várias reformas e medidas legislativas terem previsto a abertura de escolas femininas ou a criação de escolas mistas, bem como a disponibilização de meios financeiros para esse fim, a verdade é que o número de escolas femininas pouco aumentou; e a primeira Escola Normal Feminina começou a funcionar só em 1862, tendo o primeiro liceu especificamente feminino, o Maria Pia, aberto em 1906.

A nova noção do “academismo das mulheres” perpetuou medos e preconceitos ancestrais, como refere Cristina Rocha: “Teme-se que as mulheres se tornem sabichonas ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis” (219). Em Portugal, o fenómeno da “mulher escritora” bem a par dos seus contemporâneos só emergirá mais tarde e principalmente no decorrer do século XX, quando se iniciar, mais seriamente e de uma forma mais generalizada e organizada, a contestação dos preconceitos e limitações até então impostas à mulher, num processo de a colocar, como ente intelectualmente capaz e pensadora independente, ao nível de cidadã.<sup>5</sup>

De entre esses elementos que condicionaram a situação da mulher escritora, é de sublinhar a ligação evidente entre a educação da mulher (ou a falta desta) e a sua produção cultural, intelectual e literária. Como lembra Susan Kirkpatrick em relação às escritoras românticas espanholas, o grau de instrução e os hábitos de leitura das mulheres condicionaram necessariamente as suas possibilidades de produzir obras literárias. Se uma mulher não pode

ler por distração, ou por ser analfabeta ou porque as suas actividades domésticas lho impedem, certamente não poderia escrever (65). Mas quando as mulheres, ou quaisquer grupos marginalizados, conseguem assumir o papel de escritoras, esta proeza é em si um importante símbolo de sucesso. É patente que em épocas anteriores ao século XIX e de maneiras diferentes a tal “questão da mulher” tem sido uma preocupação esporádica. Poderíamos lembrar, a título de exemplo, *Dos privilégios e prerrogativas que o género feminino tem*, do autor quinhentista Rui Gonçalves, ou a amplamente conhecida obra de Verney, o *Verdadeiro método de estudar de Verney* (1746), ambos propugnando a igualdade intelectual das mulheres, assim como outros textos ideologicamente semelhantes que alternavam com escritos misóginos como a *Carta de guia de casados* (1651), de D. Francisco Manuel de Melo. Mas é realmente no século XIX e em particular na segunda metade desse século que a questão da educação da mulher é debatida com mais força. A obra do então Ministro da Instrução Pública, António da Costa, num ensaio que se publica postumamente em 1892, intitulado *A mulher em Portugal*, expressava sentimentos compartilhados por um grande número de republicanos que acreditavam que o caminho da emancipação passava pela educação feminina, anunciando deste modo o movimento feminista português dos inícios do século XX. Da mesma forma, é interessante notar que outros homens portugueses, alguns com mais visibilidade pública do que outros, se pronunciaram a favor da educação das mulheres, entre os quais podemos citar Mouzinho da Silveira (1780-1849)—uma das maiores personalidades da Revolução Liberal, e o professor, político e futuro Presidente da República, Bernardino Machado (1851-1944).

No fim do século XVIII e ao princípio do século XIX, várias são as testemunhas que nos fornecem elementos pertinentes para entendermos a situação da mulher, elementos que ecoam naquilo que acima mencionámos sobre a falta de educação da mulher. Segundo estas fontes, se os viajantes do século XVIII apontam que “as pobres são educadas em perfeita ignorância... [com] um intelecto totalmente desprovido das mundanas razões,” tratando-se de uma educação “absolutamente desleixada na mulher portuguesa, se acaso elas recebem alguma” (Baretti 71) dado que vivem cultural e intelectualmente “aferrolhadas” (Carrère 31), no século XIX muitos ainda são os viajantes que lamentam o imenso atraso da educação da mulher em Portugal como indício do atraso geral do país; isso acontece sobretudo na primeira metade do século, o que podemos interpretar como uma situação

comparativa que desfavorece Portugal em relação aos países de origem destes viajantes, países em que as condições já eram outras. Como indica John Milford Junior nos seus comentários *Peninsular Sketches* de 1816, “a educação em toda a Península é tristemente descurada; mesmo entre as senhoritas mais vivas, e diz-se que dois terços não sabem ler nem escrever [...]. Avisaria todos aqueles que andam a viajar à procura de esposa que não passem por Lisboa” (172). No fim do século XIX a situação parece de facto ser bem melhor, se acreditarmos no testemunho de 1896 de uma viajante francesa, apesar de mulher, que afirma que “várias mulheres gozam de celebridade em Portugal, e aí se pode encontrar um grande número de literatas” (Adam 316). A mesma autora adverte contra a “tendência de estar sempre a estabelecer uma comparação entre um autor lusitano e um autor francês,” afirmando que “o valor literário das mulheres escritoras em Portugal é um bem que só a elas pertence;” e passa a elogiar a originalidade da obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, assim como o talento de Guiomar Torresão e Angelina Vidal (316).

Na primeira metade do século XIX, poucas obras teóricas se publicam em relação à situação da mulher, a não ser alguns artigos isolados nos jornais da época, e que acompanham um ou outro texto ficcional no qual o tema da educação é exposto. Emblemático deste último caso é o exemplo das *Viagens* de Garrett, que todos conhecemos, obra em que se opõe claramente a educação natural e a educação social, correlacionadas por uma divisão de género em torno, respectivamente, de Joana e de Carlos. Ainda na obra de Garrett encontra-se um dos primeiros tratados da educação, na esteira de Rousseau, no qual se enfatiza o papel da mulher que o autor já tinha evocado no seu jornal *O Toucador* de 1822. De facto, data também do princípio do século XIX o início da publicação de jornais femininos, os primeiros dos quais foram escritos por homens como é o caso d'*O Toucador* de Garrett, contando-se, segundo o estudo de Maria Ivone Leal, mais de cem periódicos femininos ao longo desse século (14-19).

Foi preciso esperar o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX para que a educação da mulher, como questão intrínseca desta situação de subalternidade, viesse a ter uma articulação visível e solidamente formulada, no processo de valorização da mulher, relativamente ao qual se pronunciará o movimento feminista português. Pela voz de algumas mulheres,<sup>6</sup> escritoras ou jornalistas nomeadamente, sublinha-se a importância de “educar a mulher,” “torná-la livre,” “torná-la digna,”<sup>7</sup> como as mais proeminentes iniciadoras do movimento propriamente feminista

português enfatizaram, pela sua actividade literária, quer individual, quer integrada nos periódicos oficiais das suas organizações.<sup>8</sup> Como indica o apelo de Alice Pestana, “eduque-se a mulher—será sempre o mais veemente dos nossos brados, em meio das desgraças da Pátria” (citado em Rosa 37).

É no âmbito dos factores acima mencionados que se pode apreciar a situação das mulheres escritoras do início do século XIX. Os poucos estudos críticos que se têm ocupado deste *corpus*, tem-no feito principalmente através de enumerações, mencionando apenas os títulos das obras que até agora não mereceram nenhuma abordagem teórica, muitos deles contentando-se em repetir a informação bio-bibliográfica, nem sempre fidedigna, do dicionário de Inocêncio, ou da *Mulher em Portugal*, de D. António da Costa.<sup>9</sup> Em alguns outros casos, enxertos de textos escritos por mulheres e predominantemente alguns poemas destas escritoras, chegaram a ser incluídos em antologias que na maior parte das vezes se ocupam da obra de autores homens da época. A excepção a esta tendência é a acima mencionada obra de Nuno Cardoso que, na sua antologia de *Poetisas portuguesas*, inclui, tal como indica o subtítulo da capa, “dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas.” Esta antologia, como lemos no prefácio, “não é um livro de crítica literária;” apesar de o autor conceder que “algumas das poetisas citadas tenham, é certo, mais merecimento que outras,” ele abstém-se “de tais classificações que deix[a] ao critério e preferência do leitor” (XIV). Entre estas escritoras podem contar-se várias mulheres que aparecem de uma forma repetida nas listas, nos catálogos, nas bibliografias e nas antologias: a Marquesa de Alorna, Antónia Gertrudes Pusich, Ana Plácido, Júlia de Gusmão, Maria Felicidade do Couto Browne (também conhecida pelo nom de plume “Soror Dolores”), Mariana Angélica de Andrade, Maria Cecília Aillaud, Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão, entre outras. Com a excepção da grande poeta aristocrata do período pré-romântico, a Marquesa de Alorna, que viveu, como é sabido, em Viena e, no exílio, em Londres, escritoras do século XIX ainda não mereceram a devida atenção crítica. Com a excepção, talvez, de Ana Plácido e de Guiomar Torresão, que um crítico elege como principais romancistas do século XIX (Rector 140), poucas destas escritoras ficaram na nossa memória cultural literária. E, como é justamente o caso de Ana Plácido, algumas destas mulheres têm sido consideradas quase unicamente em relação a e na sombra de algum autor canónico.<sup>10</sup> Não se deixa, deste modo, nenhum “espaço crítico” para se poder avaliar o valor literário destas obras, que ficam, na maior parte, ignoradas.

Se o nosso propósito não é propriamente o de contestar a primazia das grandes obras canónicas da época do Romantismo, todas elas da autoria de homens, tão importante quanto urgente nos parece dar algum relevo às mulheres escritoras do século XIX que também fazem parte do património literário oitocentista. Não tencionamos por esta reflexão sobre mulheres escritoras desafiar aquilo que hoje aceitamos como o cânone literário da época que nos ocupa, mas antes de dar uma nova dimensão à escrita deste período literário, o que requer uma apreciação crítica de obras pouco conhecidas e saídas da pena de mulheres. Como bem sabemos, a construção do cânone e a história literária implicam uma série de escolhas, algumas conscientes, além do factor, às vezes subjectivo, do “talento;” assim, trata-se em grande parte de registar algumas obras e de desprezar outras. Mas se ignoramos a escrita das mulheres, como as da época romântica que nos interessa principalmente aqui, ignoramos toda uma época de transição que viu depois surgir o “fenómeno de mulheres escritoras.” É certo que muitas obras de mulheres desapareceram da nossa memória cultural juntamente com a memória das próprias escritoras, por falta de edições e de interesse académico. Nesta incursão analítica, e pelos propósitos da presente abordagem, comentarei, a título de exemplo e no âmbito daquilo que ficou atrás apontado, a proeminência de uma mulher escritora do princípio do século XIX, Antónia Gertrudes Pusich.

Escolhemos esta autora entre várias outras por ser ela uma das poucas mulheres que, por circunstâncias pessoais, teve que se sustentar, a si própria assim como à sua numerosa família, da sua obra literária, constituindo, por mais de uma razão, a excepção à regra comum em relação à situação da mulher escritora do século XIX para quem a literatura geralmente não poderia ter outro papel que não fosse o de divertir e de entreter. Como era o caso com muitas mulheres escritoras, tratava-se para Pusich de levar a sério os deveres domésticos ao mesmo tempo que se desenvolvia como escritora, conciliando desta forma ambos os interesses, o que para um homem escritor não seria necessariamente o caso. Desta forma, Pusich destrói o mito de que a maternidade e a escrita eram incompatíveis. É um facto conhecido que raríssimas mulheres na Europa, nesta época, puderam considerar a escrita uma profissão: o conceito de “mulher de letras” não existia.

A obra bastante vasta de Pusich, que se insere na época do Romantismo, abrange vários géneros e mostra como esta autora soube vencer as duas opções normalmente viáveis e limitadoras para uma mulher escritora da época: a escrita de obras “menores” como livros infantis, cartas ou diários, ou a

imitação e o mimetismo da escrita masculina pelo uso de pseudónimos e consequente negação da sua autenticidade de escritora. Tendo em atenção a obra que pudemos localizar, Pusich é autora de vários textos de comentário social (sobre temas diversos como homicídios ocorridos na época, algum aniversário ou elogio real ou nobre, etc.), muitos poemas—a poesia era, de facto, o género mais comum para mulheres da época –, dois romances, *Olinda ou A abbadia de Cumnor-Place* (1848) inspirado no *Kenilworth* de Walter Scott, e *Dois mistérios* (ambas obras de feição gótica, escritas em versos), e uma interessante biografia de seu pai que Pusich publica mais de quarenta anos depois da morte daquele, a quem agradece “a preciosa herança do ardente amor que soube consagrar a esta Nação, pela qual deixou a sua pátria, e a sua fortuna!” (7). Na dramaturgia destaca-se, entre outros, o drama *Constança*, representado segundo várias fontes com grande êxito no Teatro Nacional.<sup>11</sup> Mas o domínio em que Antónia Gertrudes Pusich se tornou mais digna de admiração foi o jornalismo, sendo a primeira fundadora, directora, proprietária e redactora de vários jornais (*A Beneficência*, *A Assembleia literária* e *A Cruzada*, principalmente), invulgar actividade para uma mulher naquele tempo; além disso, Pusich colaborou noutros jornais e revistas da época, tanto políticos como literários, bem como na *Revista universal lisbonense*, ao lado de seus contemporâneos Castilho e Herculano.

Mais que o resto da sua obra literária, o empenho jornalístico de Antónia Gertrudes Pusich traduz a sua dedicação à instrução e à emancipação das mulheres, tal como lemos num editorial d'*A Assembleia literária* de 1850: “Quando erguemos a voz em favor da ilustração feminil, sustentando as colunas deste jornal, a liberdade intelectual de que por tantos séculos temos sido barbaramente privadas, e a que temos tão sagrados direitos como os homens, afrontando as mais árduas dificuldades preparámos neste mesmo jornal um campo onde os talentos se pudessem livremente exercitar” (169). Os artigos contidos neste periódico, como em vários outros da época, enfatizam os direitos da mulher à actividade intelectual e à auto-expressão literária, mais que qualquer direito político. Este periódico, *A Assembleia literária*, que tem como subtítulo “Jornal d’ instrução [sic],” foi publicado a intervalos regulares entre 1849 e 1851 e iniciou uma nova fase jornalística portuguesa, na qual se destaca pela primeira vez e de uma forma bastante “chocante” para a época, por não recorrer a pseudónimos, dando lugar a esta nova fase de questionamento dos valores da mulher na sociedade oitocentista que marcou com ainda mais força a segunda metade desse século. Lembramos ainda que Antónia Pusich foi a

primeira mulher que, alguns anos antes, em 1843, se atreveu a assinar com o seu nome verdadeiro de mulher um soneto no jornal *O Correio das damas*. Rejeitar o uso de um pseudónimo masculino, essas “calças metafóricas” que permitiram a mulheres participarem no *mainstream* esmagadoramente masculino da cultura literária, é em si representativo de uma forte mudança histórica.<sup>12</sup>

Pusich beneficiou-se de uma educação peculiar para a sua geração dado que foi o seu pai que lhe ensinou pessoalmente francês, inglês, italiano, música e as letras portuguesas, tal como foi o caso de outras escritoras europeias como George Eliot que também tiveram que exercer auto-disciplina intelectual. Esta situação de explicações a domicílio surge com alguma frequência nas biografias das mulheres escritoras desta época, como é aliás o caso de Gómez de Avellaneda em Cuba ou de Carolina Coronado em Espanha, dadas as restrições e limitações impostas pelos meios respectivos. A identificação de Pusich com o seu pai é um factor que ocorre com frequência notável entre as escritoras oitocentistas, às vezes também marcado pela rejeição da mãe ou a alienação da filha em relação a ela, como é o caso de muitas romancistas da primeira geração do século XIX: as Brontës, George Eliot, Elizabeth Browning, todas elas tinham perdido a mãe na infância. Da mãe de Pusich não há muita informação, pois pouca menção é feita dela na biografia que a autora escreve do seu pai.

No caso de Pusich, o pai morre nos anos 30 e ela começa a sua actividade literária principalmente depois. Por outro lado, revela-se uma mulher de grande inteligência e talento artístico, podendo participar em conferências e sessões políticas em que se debatiam questões da época e conseguindo, repetimos, socorrer-se das letras, aproveitando a sua vasta e singular erudição e vocação para subsistir, caso único para uma mulher nesse tempo.

Pusich comenta a sua própria situação de mulher escritora no prólogo do poema original em cinco cantos *Olinda, ou A abbadia de Cumnor-Place* (1848). Enfatizando a dificuldade de uma mulher publicar uma obra literária, agradece humildemente a ajuda de várias pessoas “sem cujo auxílio esta obra morreria na escuridão, como muitas outras que tenho criado, e não tenho podido publicar, pelas circunstâncias a que se acha reduzida a Nação” (4). Lamenta ainda a sua própria pobreza, devida às “infelizes guerras civis” que têm oprimido a nação, e de cujas “funestas consequências” ela era uma das vítimas, perdendo toda a sua fortuna e os caros objectos que lhe podiam tornar aquela perda menos agravante (4). Nesse mesmo prólogo, Pusich comenta ainda a sua situação de

mãe solteira que deve cumprir as obrigações de mãe e de pai ao mesmo tempo (8), bem como as dificuldades inerentes à sua missão de escritora, “a cada instante interrompidas as [suas] ideias com o despertar da mais pequenina de [suas] três filhas” (6). Mas um dos aspectos mais interessantes deste prólogo é sem dúvida a discussão que propõe da questão da mulher escritora, talvez até apropriando-se de um sentimento de falsa modéstia. Apoiando-se na “ajuda de Deus,” Pusich espera “prestar à sua pátria todos aqueles serviços que uma débil pena feminil pode ofertar, em honra de moral e futuro progresso das letras!” E conclui: “Talvez o desejo me iluda!... Mas se eu não desempenhar esta sagrada missão, sirva-me de desculpa este mesmo desejo” (8). É este “desejo” de escrever que reencontramos nas biografias de muitas mulheres escritoras, como Charlotte Brontë, por exemplo, que tiveram que enfrentar obrigações do diário viver das mulheres e para as quais não havia a opção de serem escritoras profissionais. Pusich espera, porém, que o seu trabalho seja de algum proveito e possa “interessar os [seus] leitores (e mormente as [suas] leitoras)” (8).

Este poema em cinco cantos, *Olinda ou A abbadia de Cumnor-Place*, é uma das poucas obras de Antónia Pusich que teve uma segunda edição, tendo a maior parte da sua obra sido publicada unicamente em série nos jornais e revistas da época.<sup>13</sup> A falta de interesse por parte da crítica literária é sem dúvida uma consequência ou talvez ainda uma causa da inexistência de reedições dessas obras.

Mas para além da sua produção artística, falta mencionar ainda, para concluir, um aspecto da biografia desta escritora que na época fez sensação: depois da morte do seu pai, Pusich lutou pertinazmente pelo reconhecimento do seu direito de sucessão e posse da ilha das Galinhas, no arquipélago da Guiné, ilha cedida a seu pai pelo respectivo chefe indígena. Esta pretensão serviu de pretexto a vários artigos humorísticos publicados nos jornais da Lisboa, e a pitorescas caricaturas da época. Em particular Bordalo Pinheiro, mestre incomparável de caricaturas nas quais as mulheres têm um lugar privilegiado, conjugando a arte e o riso com o seu conhecido *picant*, não a poupou em vários dos seus desenhos.

Como este incidente ilustra, e o caso de Antónia Gertrudes Pusich em geral emblematisa, ignorando-se as autoras do século XIX, perdemos uma parte da riqueza histórica que elas representam, podendo as suas obras contribuir para o enriquecimento da memória cultural e literária deste século. Se foi durante o século que nos ocupa que a Mulher se apercebeu de e tentou consagrar, mais do que em qualquer outra época, os seus direitos e

capacidades intelectuais, esta nova perspectiva é a tomada de consciência de que as mulheres eram entes intelectualmente capazes e não unicamente na capacidade de mãe, filha ou esposa. A experiência da mulher escritora portuguesa, tal como vemos através dos exemplos atrás mencionados, teve continuamente que lutar contra os preconceitos de uma sociedade patriarcal, na qual, tal como o expressará Ramalho Ortigão num artigo (hoje bem conhecido) d'*As Farpas* em 1877, as mulheres deveriam limitar-se ao seu lugar na cozinha, para assim evitarem duas catástrofes: “o estado da literatura feminina e o estado da cozinha nacional” (166).<sup>14</sup> Retemos desta acusação de “menos odes e mais caldo” que a emancipação da mulher teria obrigatoriamente que passar por uma aceitação da educação feminina e da sua possibilidade de afirmação como mulher escritora. Porém, como leitores e críticos literários do século XXI, é certo que a nossa perspectiva só poderá ser outra, se este *corpus* de mulheres “invisíveis” nos interessar. Para podermos desvendar esta “escrita no silêncio,” deveremos começar pela reedição das obras principais das autoras da época, para que se possa assegurar o acesso destas a um maior público leitor e crítico; para já, tais obras perderam-se da história literária da mulher, mas convém recuperá-las, se não quisermos que, parafraseando Showalter, a escrita das mulheres oitocentistas portuguesas apareça no atlas do século XIX como um deserto (320). Estas obras escritas por mulheres, pertencendo a uma literatura e cultura próprias, produzidas numa comunidade de mulheres que se relacionaram umas com as outras e cujas obras foram lidas mutuamente, assim contribuirão certamente para a nossa apreciação de uma época que deve obrigatoriamente incluir esse “*Outro* século XIX.”

## Notas

<sup>1</sup> Vários críticos, como Isabel Allegro de Magalhães, Cláudia Pazos Alonso e Nuno Catharino Cardoso, entre outros, apontam para o facto de que não se conta com nenhuma Jane Austen, irmãs Brontë ou George Sand “portuguesa” do século XIX.

<sup>2</sup> Ver Ellen Moers, *Literary Women* (London: The Women's Press, 1977). Para o caso da Espanha, que tem certas afinidades com a situação da escritora portuguesa, ver Susan Kirkpatrick, *Las Românticas: Women Writers and Subjectivity in Spain 1835-1859* (Berkeley: U of California P, 1990).

<sup>3</sup> Refiro-me à aplicação que Bloom faz das estruturas freudianas às genealogias literárias, defendendo que as dinâmicas da história literária provêm da “ansiedade da influência” do artista. Trata-se de uma relação de pai a filho, exactamente como Freud a define.

<sup>4</sup> Nuno Cardoso comenta a situação de D. Catharina Máxima de Figueiredo Abreu

Castello Branco que “apesar de... só se dedicar à literatura nos poucos momentos que as suas ocupações caseiras lhe deixavam livres, foi uma poetisa distincta” (93).

<sup>5</sup> Para um estudo abrangente da situação da mulher escritora oitocentista ver Cláudia Pazos Alonso, “Becoming Visible,” *Women, Literature and Culture in the Portuguese-Speaking World*, ed. Cláudia Pazos Alonso (Lewiston/Queenston/Lampeter: The Edwin Mellen Press, 1996) 23-37.

<sup>6</sup> Neste grupo de mulheres podemos citar Alice Pestana, Maria Amália Vaz de Carvalho, Carolina Michaelis de Vasconcellos, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, entre outras.

<sup>7</sup> É esta a mensagem que lemos tantas vezes repetida na obra de Alice Pestana “Caiel,” *La femme et la paix: Appel aux mères portugaises* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1898) 33; 38.

<sup>8</sup> O Grupo de Estudos Feministas, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Associação de Propaganda Feminista, etc.

<sup>9</sup> É este o caso da antologia de Nuno Cardoso que, apesar de ter entrevistado algumas das poetisas, baseia-se principalmente nestas duas fontes, às vezes confrontando-as até, quando as indicações biográficas não correspondem.

<sup>10</sup> Além do caso de Ana Plácido, em particular, acontece o mesmo com Maria Browne. Acerca de ambas é lembrado e comentado, antes de mais nada, a ligação biográfica lendária com Camilo Castello Branco. Ver nesta colecção de ensaios o trabalho de Rebecca J. Atencio.

<sup>11</sup> Esta peça é hoje difícil de encontrar, ausente até dos acervos da Biblioteca Nacional e da Library of Congress. Sou muito grata a Maria Helena Santana que localizou um exemplar da *Constança* nos acervos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>12</sup> Ver, a este propósito, Showalter 19.

<sup>13</sup> É interessante notar que esta era uma tendência bem comum entre escritores (homens, entendemos) naquela época, como Maria Fernanda de Abreu indica no seu estudo incluído no presente volume.

<sup>14</sup> Como é de esperar, este e outros comentários “irónicos e improditivos” de Ramalho e Eça provocaram (e continuam a provocar) discussão nos meios académicos quanto ao tema da escritora em Portugal. Ver, por exemplo, Teresa Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal*, Vol. 2 (Lisboa, 1924) 161-62.

## Obras Citadas

- Adam, Juliette. *La patrie portugaise, souvenirs personnels*. 2ª ed. Paris: G. Havard fils, 1896.
- Alonso, Cláudia Pazos. “Becoming Visible.” *Women, Literature and Culture in the Portuguese-Speaking World*. Ed. Cláudia Pazos Alonso. Lewiston/Queenston/Lampeter: The Edwin Mellen Press, 1996. 23-37.
- Baretti, Giuseppe. *Cartas de Portugal*. [1770]. Trad. Maria Eugénia de Montalvo Freitas Ponce de Leão. *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros*. Ed. Ana Vicente. Lisboa: Gótica, 2001. 69-72.
- Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Tipografia de A. O. Artur. 1924. 2 vols.
- Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas. Antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas*. Lisboa: Edição e propriedade do autor, 1917.
- Carrère, J. B. F. *Panorama de Lisboa, no ano de 1796*. Trad. Castello Branco Chaves. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- Castro, Helena de Fátima Gonçalves de. “Emancipação da mulher e regeneração social no

- século XIX segundo Lopes Praça.” Tese de Mestrado (não publicada) em Filosofia em Portugal. Lisboa: 2000.
- Gérin, Winifred. *Charlotte Brontë: The Evolution of Genius*. Oxford: Oxford UP, 1967.
- Gilbert, Sandra M. e Susan Gubar. *The Madwoman in the Attic*. 2ª ed. New Haven e Londres: Yale UP, 2000.
- Kirkpatrick, Susan. *Las Románticas. Women Writers and Subjectivity in Spain, 1835-1850*. Berkeley, Los Angeles, London: U of California P, 1989.
- Leal, Maria Ivone. *Um século de periódicos femininos*. Lisboa: CIDM, 1992.
- Lopes Praça, José Joaquim. *A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos*. Coimbra: Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1872.
- Magalhães, Isabel Allegro de. *O tempo das mulheres: a dimensão temporal na escrita feminina contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Milford Junior, John. *Peninsular Sketches, during a Recent Tour*. London: Thomas Davison, 1816.
- Pusich, Antónia Gertrudes. *Olinda, ou A abbadia de Cunnor-Place*. Lisboa: Na Typographia de G.M. Martins, 1848.
- , redact. *A Assembleia literária. Jornal d'instrução*. 22. (Janeiro 22, 1850).
- Rector, Mónica. *Mulher objecto e sujeito da literatura portuguesa*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.
- Rocha, Cristina. “Contribuição do ensino secundário liceal feminino para um modelo de educação pública da mulher 1888-1940.” *Ciências da educação em Portugal, situação actual e perspectivas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1991.
- Rosa, Elzira Machado. *Bernardino Machado, Alice Pestana, e a educação da mulher nos fins do século XIX*. Lisboa: Edição da Comissão da Condição Feminina, 1989.
- Serrão, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- Showalter, Elaine. *A Literature of Their Own. British Women Novelists from Brontë to Lessing*. Princeton, New Jersey: Princeton UP, 1999.
- Spacks, Patricia Meyer. *The Female Imagination*. New York: Knopf (Random House), 1975.
- Vaquinhas, Irene. “*Senhoras e Mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Colibri, 2000.

**Kathryn Bishop-Sanchez** is an Associate Professor in Portuguese at the University of Wisconsin-Madison. Her study of the work of Almeida Garrett entitled *Utopias desmascaradas. O mito do bom selvagem e a procura do homem natural na obra de Almeida Garrett* is forthcoming with the Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisbon (2007). Her publications include: “Untaming the Screw: Sex, Sewers and Obscenity in *A Cidade e as Serras*.” *Queiroziana* 12-13 (2005): 129-60; “Subjects of Confession, Objects of Desire: (Dis)engaging Constructs of Sex, Power and Sin in Eça de Queirós’s *O Crime do Padre Amaro*.” *Portuguese Studies* 19 (Fall 2003): 64-79, and “Taking the Father’s Place: Neo-Bovarism and Female Sexuality in Hélia Correia’s *O Número dos vivos*.” *Bulletin of Spanish Studies* LXXXII, No. 6 (Fall 2005): 793-813. E-mail: ksanchez2@wisc.edu